

GT 6 - Direitos Humanos e Educação.

Cursinhos populares e direitos LGBTQIA+

Bruno César Garcia¹

Eduardo Evaristo²

Ricardo Rodrigues Ramos³

Resumo: Este artigo analisa o papel dos cursinhos populares e comunitários na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Fundamentado na Sociologia da Educação e na educação popular, o estudo baseia-se em revisão bibliográfica e análise teórica. Discute-se como essas iniciativas contribuem para a equidade educacional ao oferecer suporte pedagógico e psicossocial a estudantes em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se, ainda, o impacto das desigualdades estruturais sobre grupos historicamente marginalizados, incluindo a população LGBTQIA+. Conclui-se que os cursinhos populares se configuram como espaços contra-hegemônicos de inclusão, formação crítica e promoção da justiça social.

Palavras-chave: Cursinhos populares; Ensino superior; Educação popular; Equidade educacional; Inclusão social.

Palavras-chave: Pré-vestibular, popular, educação e sociologia.

Abstract: This article analyzes the role of popular and community preparatory courses in democratizing access to higher education in Brazil. Grounded in the Sociology of Education and popular education, the study is based on a bibliographic review and

¹Mestrando em Sociologia (PROFSOCIO/UEL), docente da educação básica no Paraná, brunoaymegarcia@gmail.com.

² Mestrando em Sociologia (PROFSOCIO/UEL), docente da educação básica no Paraná, eduardolimaevvaristo@hotmail.com.

³ Mestrando em Sociologia UEL, bolsista Capes, ricardo.rodrigues.ramos@uel.br.

theoretical analysis. It examines how these initiatives contribute to educational equity by providing pedagogical and psychosocial support to socially vulnerable students. The study also highlights the impact of structural inequalities on historically marginalized groups, including the LGBTQIA+ population. It concludes that popular preparatory courses constitute counter-hegemonic spaces of inclusion, critical formation, and the promotion of social justice.

Keywords: Popular preparatory courses; Higher education; Popular education; Educational equity; Social inclusion.

1 Introdução

Os cursinhos populares ou comunitários buscam a fuga do perfil meritocrático que ainda está presente na educação formal, devido a inúmeras situações advindas do externo e do interno escolar. Em uma contradição sintomática em que se necessita seguir um currículo pré-estabelecido e desenvolver a autonomia estudantil e educacional. Uma das características primordiais desses cursinhos é oferecer apoio pedagógico e psicossocial a jovens das classes menos favorecidas, marcados por uma interrupção em sua idade-série, oriundos do mercado de trabalho, da EJA, do processo de avaliação do ENCCEJA, dificuldades materiais e vulnerabilidades diversas.

Os cursinhos populares se colocam como uma resposta à sociedade assimétrica que cobra de forma igual de seus membros (bastante desiguais) a sua inserção nas estruturas sociais. Tentando romper com o caráter utilitário do ensino, mas não desprezando esta face, os cursinhos populares, via de regra, não apenas reproduzem os conteúdos que são cobrados no vestibular, mas tentam dialogar com a existência dos sujeitos a partir de suas vivências.(FOSSATTI et al., 2025, p. 94).

O duplo desafio desses Cursinhos Populares é composto pelas tarefas cada vez mais complexas enfrentadas pelos candidatos ao Ensino Superior, bem como pela necessidade de acomodar estudantes cujas adversidades são agravadas por situações além do contexto universitário — situações de vida, trabalho, saúde mental e violência simbólica ou não-simbólica. Assim, há muitos programas orientados para

a tomada de ação em nível de graduação, como os serviços de bem-estar à comunidade acadêmica, mas aos estudantes entre o interstício do ensino médio e ensino superior, há baixa visibilidade sob a mesma demanda.

Diante desse cenário, os cursinhos populares consolidam-se como alternativas instrumentais de democratização do acesso ao ensino superior e de enfrentamento das desigualdades educacionais historicamente construídas no Brasil. Mais do que iniciativas preparatórias para exames seletivos, tais espaços configuram-se como práticas educativas contra-hegemônicas, pautadas na valorização do sujeito, na construção do pensamento crítico e na promoção da justiça social (Campagni, C. R., & Fonseca, D. C. 2024). Nesse sentido, aproximam-se das perspectivas da educação popular, especialmente das contribuições freireanas, ao compreenderem a educação como prática de liberdade e como ferramenta de transformação social.

Ao se inserirem em contextos marcados pela exclusão socioeconômica e pela desigualdade de oportunidades, os cursinhos populares atuam como mediadores entre estudantes em situação de vulnerabilidade e o ensino superior, contribuindo para a ampliação do capital cultural e para a construção de trajetórias educacionais mais equitativas. Dessa forma, tais iniciativas tensionam a lógica meritocrática predominante no sistema educacional, evidenciando que o desempenho acadêmico não pode ser dissociado das condições sociais, econômicas e culturais dos indivíduos.

Diante dessas reflexões, o presente artigo tem como objetivo analisar o papel dos cursinhos populares e comunitários na promoção da equidade educacional e na ampliação do acesso ao ensino superior, considerando seus impactos pedagógicos, sociais e políticos. Busca-se, ainda, compreender de que maneira essas iniciativas contribuem para a formação crítica dos estudantes e para a construção de trajetórias educacionais mais inclusivas. Para tanto, o estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise teórica no campo da Sociologia da Educação.

2 Desenvolvimento.

É amplamente reconhecido que as contradições e desigualdades sociais no Brasil se manifestam em toda a estrutura institucional do país, sendo a educação parte ativa na reprodução da lógica do capital nesse contexto. Nessa perspectiva, Darcy Ribeiro (1984) argumenta que a precariedade do sistema educacional brasileiro não se configura como um fenômeno circunstancial, mas como resultado de um processo histórico e político que contribui para a manutenção das desigualdades sociais, realidade que ainda se faz presente na contemporaneidade.

Circunstancialmente, as contradições dessas políticas resultaram em um acesso historicamente desigual ao ensino superior, realidade que tem sido parcialmente mitigada pela implementação das leis de cotas. Ainda assim, o contexto educacional brasileiro evidencia persistentes assimetrias, como demonstram os índices de evasão no ensino superior, que variam entre 20% e 35%. Esses dados revelam desigualdades significativas entre os grupos sociais, sendo as menores taxas observadas entre homens e mulheres brancos (IPEA, 2025).

Nesse cenário, a expansão do acesso ao ensino superior no Brasil deve ser compreendida à luz das transformações socioeconômicas e das políticas públicas implementadas a partir das últimas décadas. Programas como o REUNI, o PROUNI e o FIES, aliados à política de ações afirmativas, contribuíram para a ampliação do ingresso de estudantes oriundos das camadas populares e de grupos historicamente marginalizados.

No entanto, a democratização do acesso não foi acompanhada, em igual medida, pela garantia de condições efetivas de permanência e êxito acadêmico, evidenciando os limites estruturais do sistema educacional brasileiro. Ao passo que tais políticas ainda se mostram insuficientes para assegurar uma transição equitativa ao ensino superior, o jovem egresso da escola pública, marcado pelas desigualdades estruturais da sociedade brasileira, enfrenta inúmeros obstáculos de ordem econômica, social e educacional. Essas dificuldades evidenciam as limitações históricas do sistema educacional em promover igualdade de oportunidades, sobretudo no que se refere à preparação para os processos seletivos de ingresso nas universidades.

Nesse contexto, os cursinhos populares emergem como importantes instrumentos de democratização do acesso ao ensino superior, oferecendo não apenas suporte

pedagógico, mas também formação crítica e emancipatória. Tais iniciativas buscam atender estudantes oriundos de grupos socialmente marginalizados, contribuindo para a inclusão educacional e para a redução das disparidades sociais. Dessa forma, configuram-se como espaços alternativos de resistência e transformação social, ao promoverem uma educação inclusiva e democrática voltada a essa fase da vida dos jovens (Pereira; Raizer e Meireles, 2010).

As dificuldades já mencionadas tornam-se ainda mais evidentes quando analisadas a partir do recorte das comunidades LGBTQIA+. Nesse contexto, a educação e, em especial, o acesso ao ensino superior, revelam-se atravessados por profundas contradições. Se a desigualdade estrutural brasileira evidencia um projeto educacional que frequentemente atua como reprodutor das hierarquias sociais, é plausível considerar que, em uma sociedade marcada por preconceitos historicamente enraizados, tais disparidades também se manifestem no ambiente universitário.

Dessa forma, a população LGBTQIA+ enfrenta obstáculos adicionais relacionados à discriminação, à exclusão simbólica e à marginalização social, fatores que impactam diretamente suas trajetórias educacionais. Nesse cenário, os cursinhos populares podem se configurar como espaços contra-hegemônicos de resistência e inclusão, ao promoverem práticas pedagógicas orientadas pela equidade e pela justiça social. Ainda que atuem sob as limitações impostas pelos currículos em que pese o fato de o mesmo não denotar neutralidade e pelas exigências institucionais, essas iniciativas contribuem para a democratização do acesso ao ensino superior e para a construção de uma educação mais plural e inclusiva (Silva, 2016).

A análise da práxis educativa nos cursinhos populares exige uma compreensão aguda do currículo como um território de disputa de poder. Como bem aponta Silva (2016), o currículo não é um elemento neutro, mas uma construção social que transmite visões de mundo e identidades específicas. Nos cursinhos populares, essa disputa se materializa na tentativa de equilibrar o "currículo oficial" exigido pelos vestibulares e pelo ENEM com um "currículo oculto" que prioriza a emancipação do sujeito. Essa tensão é o que define o caráter contra-hegemônico dessas instituições: elas operam dentro da lógica do sistema (preparando para a prova) ao mesmo tempo que a tensionam, fornecendo ferramentas para que o estudante compreenda sua posição na estrutura social. Portanto, o ato de ensinar matemática ou literatura nesses

espaços transborda a mera transferência de conteúdo, transformando-se em um diálogo freireano que reconhece a bagagem cultural e a realidade material de quem estuda, muitas vezes marcada pela exclusão e pelo trabalho informal.

Neste cenário de resistência, a educação popular atua como o alicerce que sustenta a permanência simbólica do aluno. A vulnerabilidade psicossocial descrita por Fossatti et al. (2025) não é um detalhe acessório, mas uma barreira concreta que a educação formal tradicional costuma ignorar sob o manto da meritocracia. Os cursinhos populares, ao oferecerem acolhimento e suporte psicossocial, preenchem o "vazio de visibilidade" mencionado no texto, especialmente para aqueles que se encontram no interstício entre o ensino médio e a graduação. Essa rede de apoio é fundamental para combater a "violência simbólica" que convence os jovens das classes populares de que a universidade não é o seu lugar. Ao validar as vivências desses sujeitos e integrá-las ao processo de aprendizagem, o cursinho deixa de ser apenas um preparatório técnico para se tornar um espaço de construção de identidade e de fortalecimento da autoestima intelectual.

O recorte LGBTQIA+ traz à tona as camadas mais profundas das desigualdades estruturais mencionadas por Darcy Ribeiro (1984). Se o sistema educacional brasileiro é, historicamente, uma máquina de reprodução de privilégios, para a população LGBTQIA+ ele pode ser um espaço de expulsão. A marginalização dessas trajetórias reflete o que Silva (2016) define como a função do currículo na produção de identidades dominantes e subalternas. Quando um cursinho popular se propõe a ser um espaço de diversidade, ele não está apenas garantindo o acesso ao conteúdo programático, mas está realizando uma reparação histórica. A inclusão desses grupos não se dá apenas pela matrícula, mas pela criação de um ambiente onde a orientação sexual e a identidade de gênero não sejam obstáculos, mas parte integrante da diversidade que compõe a produção do conhecimento crítico.

A eficácia dessas iniciativas como políticas de ação afirmativa "por baixo" é corroborada pela insuficiência das políticas estatais de permanência, conforme discutido por Campagni e Fonseca (2024). Embora programas como o PROUNI e as Leis de Cotas tenham alterado a face do ensino superior no Brasil, os dados do IPEA (2025) sobre evasão mostram que o ingresso é apenas a primeira batalha. A desigualdade no desempenho acadêmico e as altas taxas de abandono entre

estudantes negros, pardos e de baixa renda revelam que as assimetrias persistem dentro dos muros da universidade. Os cursinhos populares atuam na raiz desse problema, fornecendo não apenas o "capital cultural" necessário para a entrada, mas uma formação política que prepara o estudante para enfrentar as contradições do ambiente universitário e para se reconhecer como sujeito de direitos.

Além disso, a atuação dessas frentes de educação comunitária coloca em xeque a falácia meritocrática que domina o discurso público. Como discutido no desenvolvimento, cobrar igualdade de desempenho de indivíduos com condições sociais abismais é uma forma de perpetuar a exclusão. Pereira, Raizer e Meirelles (2010) destacam que a luta pela democratização do acesso é uma luta política pelo direito à cidade e ao conhecimento. Ao ocuparem espaços comunitários e transformarem a realidade local, os cursinhos populares funcionam como laboratórios de democracia. Eles demonstram que a "calamidade" da escola pública, denunciada por Ribeiro, pode ser combatida através da organização coletiva e da práxis educativa que não separa o saber acadêmico do saber da vida.

Por fim, é necessário compreender que o papel dos cursinhos populares transcende o sucesso individual de seus egressos nos exames seletivos. O impacto social dessas iniciativas deve ser medido pela capacidade de transformar a visão de mundo de toda uma comunidade. Quando um estudante em situação de vulnerabilidade ingressa no ensino superior através de um cursinho comunitário, ele rompe um ciclo geracional de exclusão e inspira novos arranjos sociais em seu entorno. Essa transformação é o que Freire define como a educação enquanto prática de liberdade: o momento em que o oprimido deixa de ser objeto da história para se tornar seu sujeito, utilizando a educação como ferramenta para a construção de uma sociedade mais equitativa e menos assimétrica.

3 Considerações Finais

As reflexões apresentadas ao longo deste estudo permitem concluir que os cursinhos populares e comunitários representam uma resposta vital e estratégica às insuficiências estruturais do sistema educacional brasileiro. Longe de serem meros paliativos, essas iniciativas configuram-se como espaços de resistência e de produção de uma nova gramática pedagógica fundamentada na equidade e na justiça social.

Através da análise teórica pautada na Sociologia da Educação, fica evidente que o acesso ao ensino superior para grupos marginalizados, incluindo a população LGBTQIA+, exige um olhar que ultrapasse a técnica e alcance a dimensão psicossocial e política do aprendizado. Fundamentados na ética freireana e na crítica curricular, esses cursinhos desafiam a lógica meritocrática e reafirmam que a educação, para ser verdadeiramente democrática, deve ser um instrumento de emancipação e de transformação da realidade desigual que ainda marca o Brasil.

A eficácia desses projetos como ferramentas de democratização do saber torna-se ainda mais evidente quando observamos o impacto nas populações historicamente marginalizadas, como a comunidade LGBTQIA+ e os jovens oriundos da EJA. O estudo demonstrou que a inserção desses grupos no ensino superior não é apenas uma questão de preenchimento de vagas, mas uma reparação histórica que exige um ambiente educativo plural e seguro. Ficou claro que os cursinhos populares operam na contramão da "violência simbólica", ao validarem identidades que muitas vezes foram repelidas pelo ensino formal tradicional. Ao tratar o currículo como um território de disputa de poder, essas frentes comunitárias conseguem equilibrar as exigências técnicas do ENEM com a formação crítica freireana, permitindo que o estudante compreenda sua posição na estrutura social enquanto se prepara para transformá-la. Portanto, a educação oferecida transcende a mera transferência de conteúdos, promovendo uma conscientização que é fundamental para a permanência simbólica e material desses alunos no ambiente acadêmico.

Os dados e autores mobilizados reforçam que, embora as políticas de cotas e programas como o PROUNI tenham ampliado o ingresso, a garantia da equidade educacional permanece como um desafio estrutural inconcluso. A persistência de altas taxas de evasão entre estudantes negros, pardos e de baixa renda sinaliza que a democratização do acesso deve ser acompanhada por políticas robustas de permanência e por uma revisão profunda das bases meritocráticas do sistema. Os cursinhos populares, nesse cenário, funcionam como laboratórios de democracia e cidadania, provando que a organização coletiva pode mitigar o projeto de precarização da escola pública denunciado por Darcy Ribeiro. Conclui-se, portanto, que o fortalecimento e o reconhecimento dessas iniciativas são indispensáveis para a construção de uma trajetória educacional mais inclusiva e justa. O sucesso dessas

práticas não deve ser medido apenas por estatísticas de aprovação, mas pela capacidade de transformar o oprimido em sujeito de sua própria história, rompendo ciclos geracionais de exclusão e apontando para uma sociedade verdadeiramente equitativa.

Conclui-se, por fim, que o papel dos cursinhos populares transcende o sucesso individual nos processos seletivos, incidindo diretamente na transformação das estruturas sociais em nível coletivo. Embora políticas públicas como a Lei de Cotas e o PROUNI tenham alterado significativamente a face da universidade brasileira, a permanência e o êxito acadêmico ainda dependem de uma base crítica que o sistema formal muitas vezes falha em fornecer. Os cursinhos comunitários atuam justamente nessa lacuna, funcionando como laboratórios de democracia que questionam a "calamidade" educacional e a falácia da igualdade de oportunidades em um país marcado por abismos socioeconômicos. Ao transformarem a realidade local e romperem ciclos geracionais de exclusão, essas iniciativas provam que o acesso ao ensino superior é um direito, e não um privilégio reservado a poucos. Assim, a educação popular reafirma-se como o alicerce necessário para que o oprimido deixe de ser objeto da história e se torne seu sujeito ativo. É na práxis desses espaços que reside a esperança de uma sociedade mais equitativa, onde a diversidade de saberes e trajetórias seja finalmente reconhecida como o maior patrimônio da produção de conhecimento nacional.

REFERÊNCIAS.

Campagni, C. R., & Fonseca, D. C. (2024). Cursinhos Populares enquanto ação afirmativa: potencialidades no acesso ao Ensino Superior. *Educação*, 49(1), e68/1–26. <https://doi.org/10.5902/1984644473567>.

FOSSATTI, Paulo; SCHAEFFER, Olmiro Cristiano Lara; JACOBUS, Artur Eugênio; PRADO, Henrique Sartori de Almeida. Universidades comunitárias: espaço público não-estatal e estratégico para a educação social emancipatória. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 32, e17819, 2025. DOI:

<https://doi.org/10.5335/rep.v32.17819>. Disponível em:
<https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/2029/1262>. Acesso em: 9 abr. 2026.

Análises situacionais e retrospectivas: educação. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/67e718f4-2911-4ef8-bc79-cc5218f7d6eb/content>. Acesso em: 9 abr. 2026.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 86–96, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/2029>. Acesso em: 9 abr. 2026.

RIBEIRO, Darcy. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

SILVA, Tomas. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. Autêntica, 2016